Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017 7

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017 15

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016 16

Demonstração do Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 43

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 45

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.966.667
Preferenciais	7.933.333
Total	11.900.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	58.954.298	57.280.659
1.01	Ativo Circulante	43.740.698	43.468.857
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.202	15.986
1.01.02	Aplicações Financeiras	29.394.111	28.267.477
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	29.394.111	28.267.477
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	29.394.111	28.267.477
1.01.03	Contas a Receber	9.151.545	10.341.247
1.01.03.01	Clientes	2.822.322	3.535.325
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.329.223	6.805.922
1.01.04	Estoques	3.967.731	4.102.348
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.200.234	738.955
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.200.234	738.955
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.875	2.844
1.02	Ativo Não Circulante	15.213.600	13.811.802
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	812.093	913.135
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	812.093	913.135
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	812.093	913.135
1.02.02	Investimentos	5.136.620	3.402.523
1.02.02.01	Participações Societárias	5.136.620	3.402.523
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.669.203	2.935.106
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	467.417	467.417
1.02.03	Imobilizado	9.264.887	9.496.144
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.164.730	9.437.978
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	100.157	58.166

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	58.954.298	57.280.659
2.01	Passivo Circulante	25.660.528	24.612.503
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	402.359	363.294
2.01.01.01	Obrigações Sociais	170.131	158.482
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	232.228	204.812
2.01.02	Fornecedores	1.272.162	679.492
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.222.264	629.594
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	49.898	49.898
2.01.03	Obrigações Fiscais	887.735	1.008.537
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	360.572	434.957
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	107.188	155.194
2.01.03.01.02	Programa de Recup Fiscal-REFIS	253.384	279.763
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	527.057	573.351
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	106	229
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	22.006.058	21.712.130
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	22.006.058	21.712.130
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.006.058	21.712.130
2.01.05	Outras Obrigações	159.273	196.608
2.01.05.02	Outros	159.273	196.608
2.01.05.02.04	Outros Credores	159.273	196.608
2.01.06	Provisões	932.941	652.442
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	932.941	652.442
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	932.941	652.442
2.02	Passivo Não Circulante	115.576.068	114.240.433
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	30.544.884	30.657.338
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	30.544.884	30.657.338
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	30.544.884	30.657.338
2.02.02	Outras Obrigações	85.031.184	83.583.095
2.02.02.02	Outros	85.031.184	83.583.095
2.02.02.02.03	Credores, Diretores e Acionistas	706.346	706.346
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal -REFIS	82.509.668	80.721.626
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Estaduais	1.815.170	2.155.123
2.03	Patrimônio Líquido	-82.282.298	-81.572.277
2.03.01	Capital Social Realizado	10.353.000	10.353.000
2.03.02	Reservas de Capital	39.175	39.175
2.03.02.07	Correção Monetaria do Capital Realizado	39.175	39.175
2.03.03	Reservas de Reavaliação	8.571.048	8.571.048
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-101.245.521	-100.535.500

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.270.177	13.254.748	5.166.153	15.081.625
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.472.745	-12.952.552	-4.126.249	-12.967.279
3.03	Resultado Bruto	-202.568	302.196	1.039.904	2.114.346
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	556.527	-735.405	-34.431	234.389
3.04.01	Despesas com Vendas	-654.361	-1.741.058	-631.234	-1.758.655
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-913.708	-4.039.891	-1.014.244	-2.740.436
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	144.061	400.341	159.067	428.596
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.980.535	4.645.203	1.451.980	4.304.884
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	353.959	-433.209	1.005.473	2.348.735
3.06	Resultado Financeiro	-132.853	-276.812	82.202	200.484
3.06.01	Receitas Financeiras	665.693	2.141.594	916.451	2.699.966
3.06.02	Despesas Financeiras	-798.546	-2.418.406	-834.249	-2.499.482
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219
4.03	Resultado Abrangente do Período	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.205.187	5.514.456
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-971.883	-446.110
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-112.454	-112.454
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.120.850	4.955.892
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.283.463	21.422.630
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.404.313	26.378.522

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.353.000	39.175	8.571.048	-100.535.500	0	-81.572.277
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.353.000	39.175	8.571.048	-100.535.500	0	-81.572.277
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-710.021	0	-710.021
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-710.021	0	-710.021
5.07	Saldos Finais	10.353.000	39.175	8.571.048	-101.245.521	0	-82.282.298

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.353.000	39.175	8.571.048	-103.805.968	0	-84.842.745
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.353.000	39.175	8.571.048	-103.805.968	0	-84.842.745
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.549.219	0	2.549.219
5.07	Saldos Finais	10.353.000	39.175	8.571.048	-101.256.749	0	-82.293.526

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	17.022.896	19.370.820
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.022.896	19.370.820
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.490.366	-13.473.693
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.337.582	-9.156.189
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.152.784	-4.317.504
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.532.530	5.897.127
7.04	Retenções	-1.203.140	-1.189.071
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.203.140	-1.189.071
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.329.390	4.708.056
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.042.469	7.304.855
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.645.203	4.304.884
7.06.02	Receitas Financeiras	2.141.594	2.699.966
7.06.03	Outros	255.672	300.005
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.371.859	12.012.911
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.371.859	12.012.911
7.08.01	Pessoal	5.746.420	5.664.907
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.558.234	4.358.989
7.08.01.02	Benefícios	828.056	840.340
7.08.01.03	F.G.T.S.	360.130	465.578
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.866.741	3.348.457
7.08.02.01	Federais	1.451.773	1.731.787
7.08.02.02	Estaduais	1.375.078	1.581.638
7.08.02.03	Municipais	39.890	35.032
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	468.719	450.328
7.08.03.01	Juros	466.705	450.328
7.08.03.02	Aluguéis	2.014	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-710.021	2.549.219
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-710.021	2.549.219

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	59.299.018	57.554.674
1.01	Ativo Circulante	48.532.212	46.421.659
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.237	16.096
1.01.02	Aplicações Financeiras	37.892.013	36.047.077
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	37.892.013	36.047.077
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	37.892.013	36.047.077
1.01.03	Contas a Receber	5.339.615	5.464.851
1.01.03.01	Clientes	5.171.756	5.259.319
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	167.859	205.532
1.01.04	Estoques	4.068.700	4.151.836
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.204.772	738.955
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.204.772	738.955
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.875	2.844
1.02	Ativo Não Circulante	10.766.806	11.133.015
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	812.093	913.135
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	812.093	913.135
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	812.093	913.135
1.02.02	Investimentos	467.417	467.417
1.02.02.01	Participações Societárias	467.417	467.417
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	467.417	467.417
1.02.03	Imobilizado	9.487.296	9.752.463
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.387.139	9.694.297
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	100.157	58.166

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	59.299.018	57.554.674
2.01	Passivo Circulante	26.005.248	24.886.518
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	420.589	379.610
2.01.01.01	Obrigações Sociais	178.909	168.308
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	241.680	211.302
2.01.02	Fornecedores	1.302.847	698.686
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.252.949	648.788
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	49.898	49.898
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.101.768	1.171.432
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	535.759	569.572
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	282.375	289.809
2.01.03.01.02	Programa de Recuperação Fiscal-REFIS	253.384	279.763
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	565.903	601.631
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	106	229
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	22.006.058	21.712.130
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	22.006.058	21.712.130
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.006.058	21.712.130
2.01.05	Outras Obrigações	210.601	250.782
2.01.05.02	Outros	210.601	250.782
2.01.06	Provisões	963.385	673.878
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	963.385	673.878
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	963.385	673.878
2.02	Passivo Não Circulante	115.576.068	114.240.433
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	30.544.884	30.657.338
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	30.544.884	30.657.338
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	30.544.884	30.657.338
2.02.02	Outras Obrigações	85.031.184	83.583.095
2.02.02.02	Outros	85.031.184	83.583.095
2.02.02.02.03	Credores, Diretores e Acionistas	706.346	706.346
2.02.02.02.04	Programa de Recupeção Fiscal- REFIS	82.509.668	80.721.626
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Estaduais	1.815.170	2.155.123
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-82.282.298	-81.572.277
2.03.01	Capital Social Realizado	10.353.000	10.353.000
2.03.02	Reservas de Capital	39.175	39.175
2.03.02.07	Correção Monetária do Capitakl Realizado	39.175	39.175
2.03.03	Reservas de Reavaliação	8.571.048	8.571.048
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-101.245.521	-100.535.500

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.697.563	18.845.655	7.024.657	20.369.855
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.684.060	-13.362.919	-4.407.698	-13.460.934
3.03	Resultado Bruto	2.013.503	5.482.736	2.616.959	6.908.921
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.688.994	-6.153.082	-1.755.786	-4.892.924
3.04.01	Despesas com Vendas	-894.096	-2.438.326	-879.077	-2.517.199
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-939.140	-4.115.476	-1.037.537	-2.808.503
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	144.242	400.720	160.828	432.778
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	324.509	-670.346	861.173	2.015.997
3.06	Resultado Financeiro	26.597	296.826	339.458	884.475
3.06.01	Receitas Financeiras	825.994	2.717.273	1.176.497	3.387.792
3.06.02	Despesas Financeiras	-799.397	-2.420.447	-837.039	-2.503.317
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	351.106	-373.520	1.200.631	2.900.472
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-130.000	-336.501	-112.956	-351.253
3.08.01	Corrente	-130.000	-336.501	-112.956	-351.253
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	221.106	-710.021	1.087.675	2.549.219

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.923.414	5.598.017
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-971.883	-446.110
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-112.454	-112.454
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.839.077	5.039.453
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	36.063.173	29.086.130
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.902.250	34.125.583

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	10.353.000	39.175	8.571.048	-100.535.500	0	-81.572.277	0	-81.572.277
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.353.000	39.175	8.571.048	-100.535.500	0	-81.572.277	0	-81.572.277
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-710.021	0	-710.021	0	-710.021
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-710.021	0	-710.021	0	-710.021
5.07	Saldos Finais	10.353.000	39.175	8.571.048	-101.245.521	0	-82.282.298	0	-82.282.298

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	10.353.000	39.175	8.571.048	-103.805.968	0	-84.842.745	0	-84.842.745
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.353.000	39.175	8.571.048	-103.805.968	0	-84.842.745	0	-84.842.745
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.549.219	0	2.549.219	0	2.549.219
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.549.219	0	2.549.219	0	2.549.219
5.07	Saldos Finais	10.353.000	39.175	8.571.048	-101.256.749	0	-82.293.526	0	-82.293.526

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	23.427.417	25.420.252
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.427.417	25.420.252
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.222.474	-14.278.836
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.344.164	-9.209.726
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.878.310	-5.069.110
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.204.943	11.141.416
7.04	Retenções	-1.237.050	-1.222.981
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.237.050	-1.222.981
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.967.893	9.918.435
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.973.323	3.691.978
7.06.02	Receitas Financeiras	2.717.273	3.387.791
7.06.03	Outros	256.050	304.187
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.941.216	13.610.413
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.941.216	13.610.413
7.08.01	Pessoal	5.991.619	5.929.159
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.753.656	4.571.259
7.08.01.02	Benefícios	866.536	877.462
7.08.01.03	F.G.T.S.	371.427	480.438
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.151.058	4.640.072
7.08.02.01	Federais	2.233.175	2.533.520
7.08.02.02	Estaduais	1.877.993	2.070.063
7.08.02.03	Municipais	39.890	36.489
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	508.560	491.963
7.08.03.01	Juros	468.746	454.163
7.08.03.02	Aluguéis	39.814	37.800
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-710.021	2.549.219
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-710.021	2.549.219

haga

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

JANEIRO A SETEMBRO DE 2017.

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e a Sociedade em Geral, o Relatório da Administração, As Demonstrações Contábeis Intermediárias e Notas Explicativas da Haga S.A. Indústria e Comércio, relativas ao trimestre encerrado em 30 de Setembro de 2017 acompanhado do Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes:

A Receita líquida consolidada no trimestre foi de R$ 18.845.655 contra R$ 20.369.855 no mesmo período de ano anterior, uma redução de 7,48% em termos nominais, enquanto a participação do CPV – "Custo do Produto Vendido" foi de R$ 13.362.919, 70,91% sobre a receita líquida no corrente ano, porém apresentando uma pequena queda em relação ao trimestre encerrado em 30 de Junho de 2017, que foi de 71,44%, contra R$ 13.460.934, 66,08% no mesmo período de 2016.

A redução da receita liquida em 7,48%, como já informado no relatório da administração referente ao trimestre anterior, reflete a contínua retração da economia, especialmente no segmento da Construção Civil, tanto na indústria como no comércio varejista, fenômeno que, por conseguinte, impacta direta e fortemente a Indústria de Materiais de Construção.

Oportuno mais uma vez destacar, como já dito anteriormente, o aumento da carga tributária decorrente da majoração de alíquotas, da incidência da Substituição Tributária no âmbito do ICMS, da instituição de novas taxas e tarifas, da contínua redução de benefícios fiscais, do incremento do ICMS para as operações de venda a não contribuintes para fora do Estado, tais como Construtoras – com impacto direto no fluxo de caixa da companhia dado especialmente ao recolhimento antecipado de tal tributo, assim como, o aumento do FECP – "Fundo Estadual de Combate a Pobreza", majorado em 50% – passando de 2% para 3%.

O Custo do Produto Vendido "CPV" continua sendo impactado em função da cotação das commodities minerais, LME, principalmente o Zinco, com substancial impacto no custo da Matéria Prima "Zamac", que saiu de uma cotação de US$ 2.065,20 ao dólar a R$ 3,3101 em 30 de Junho de 2016, para US$ 3.156,00 ao dólar a R$ 3,1933 em 30 de Setembro de 2017.

Comentário

A majoração do Zamac no período, de 47,43 %, permanece impossível de ser repassada aos preços dos produtos vendidos pela Companhia, ante a retração do mercado, às políticas agressivas de concorrentes e ao aumento substancial da informalidade praticada – condição que torna o mercado cada vez mais "pirata" e de difícil acesso. Por outro lado, para introduzir nossos produtos nas grandes redes (Home Centers), segmento que atua totalmente respeitando a formalidade legal, por sua vez, nos impõem regras de elevado custo e, consequentemente, preço de venda final superior ao da grande maioria de lojas de material de construção, resultando no afastamento do consumidor. Mais, o Item Mão de Obra direta, apesar da manutenção do seu valor nominal, não reflete a redução do quadro de funcionários eis que foi majorada em função de orientação passada pelo SINDMETAL, dada à negociação do acordo coletivo da categoria – 2017/2018, ainda em andamento. Também expressa o aumento da participação dos custos a queda da receita liquida. Quanto aos Outros Gastos de Fabricação, a redução se deve basicamente ao item Energia Elétrica face à migração do sistema de contratação de mercado cativo para mercado livre, como informado anteriormente.

As despesas com vendas se encontram adequadas ao nível da atividade e da estratégia adotada pela Companhia, R$ 2.438.326, 12,94% da receita liquida em 2017 contra R$ 2.517.199, 12,36% da receita líquida em igual período de 2016, assim como, igualmente analisadas sobre a receita líquida, as despesas Administrativas e Gerais R$ 2.776.705 (deduzidas de R$ 1.336.771 proveniente de gasto excepcional e excedente do provisionado anteriormente, por condenação judicial em fase de liquidação de sentença), 14,73% no ano de 2017 e R$ 2.808.503, 13,79% no mesmo período no ano 2016, situadas em patamares condizentes com o porte e com o nível de atividade da Companhia.

O Prejuízo Líquido no período de (-)R$ 710.021 contra um Lucro Liquido de R$ 2.549.219 em 30/09/2016, é resultado da perda de receita, do aumento de custos não repassados aos preços e do reconhecimento de R$ 1.338.771 – valor excedente do provisionado em períodos anteriores, por condenação em Processo Judicial que discutiu cobrança de dívida originada no período da gestão anterior, hora em fase de liquidação de sentença.

A Companhia apresentou em 30 de Setembro de 2017, um crescimento do Ativo Circulante Consolidado de R$ 46.421.659

Comentário

em 31 de dezembro de 2016, para R$ 48.532.212, um acréscimo de R$ 2.110.553 em 30 de Setembro de 2017 e, no mesmo período, no Passivo Circulante Consolidado, de R$ 24.886.518 em 2016, para R$ 26.005.248, uma majoração de R$ 1.118.730, em 2017; tal desempenho aponta que mesmo diante das dificuldades presentes na economia brasileira a administração da companhia consegue manter e preservar seu caixa.

O Patrimônio Líquido Negativo, derivado de prejuízos acumulados em exercícios anteriores a 2008, tende a ser revertido em longo prazo com aplicação das seguintes medidas: 1 – repactuação do passivo; 2 – retenção de lucros.

Também, convém continuar destacando, o alto grau de informalidade existente no mercado da construção civil, R$ 10 bilhões/ano, segundo a Abramat "Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção" – matéria do observatório da Construção da FIESP em Janeiro de 2017– e a concorrência desleal dos produtos de origem Chinesa, similares aos Nacionais, que apesar da apreciação cambial carreiam forte impacto negativo no nível das atividades da Companhia.
É possível para o próximo trimestre uma estabilidade nas atuais taxas de CPV face ao controle maior de gastos, entretanto, permanecem latentes eventuais variações devidas a aumento de custos de insumos, tais como aço e Zamac. A Companhia manterá ainda a politica de preços mais agressiva sobre os produtos Comercializados visando inibir perda maior na participação dos atuais clientes, assim como na tentativa de atrair novos clientes e atuar em outros segmentos de mercado.

Assim, sob tal cenário, a direção da Companhia mantém-se atenta à realidade presente de que, dentre os diversos fatores, atores e agentes envolvidos no seu negócio, "o Mercado de hoje só visa preço".

A empresa apresenta uma estrutura operacional, comercial e administrativa enxuta e adequada às suas atuais necessidades operacionais, condição que não permite em curto prazo uma redução significativa nos seus custos de transformação, cabendo destacar que, a maior parcela de seus custos é de natureza variável – "65,4%", de difícil redução sem impacto na qualidade dos produtos, na manutenção da operação da

Companhia, assim como, no cumprimento das demais obrigações organizacionais, empresariais e tributárias pertinentes.

Outrossim, alguns pontos parecem indicar uma mostra de lenta recuperação da atividade econômica, tais como, redução da taxa de Juros Selic, pequena queda no nível de desemprego, como destaca a matéria "Construção Civil dá sinal de uma nova fase" – Jornal Valor de 19/10/2017" o índice de confiança da Construção (ICST) – FGV, atinge 78,0 pontos em Outubro de 2017 – o maior nível desde fevereiro de 2015. Contudo, apesar desse alento, persiste o alto grau de incerteza na condução da política econômica do governo federal, o descontrole de gastos públicos, o aumento do déficit em conta corrente e ainda a delicada e complexa situação política; cenário que impacta diretamente nos investimentos e no nível de confiança do consumidor em geral, assim como a contínua e premente insegurança Jurídica que é outra preocupação da Administração da Companhia: as normas vigentes alteradas constantemente afetam diretamente os resultados e as políticas comerciais, principalmente em relação a incentivos fiscais, majoração de tributos e questionamentos sobre parcelamentos anteriormente concedidos.

A administração da Companhia está atenta a Lei 13.467 de Julho de 2017 que modifica a legislação trabalhista numa tentativa de modernização das atuais regras, porém ainda cercada de obscuridades e necessitando de maiores esclarecimentos e normatização das regras por parte do próprio Ministério do Trabalho e demais órgãos/agentes reguladores pertinentes.

Da mesma forma, a Administração da Companha fez um minucioso estudo de viabilidade quanto a possível adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – (PERT) instituído pela MP 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, sob a condição de desistência de parcelamento anterior, do impedimento da utilização dos saldos de Prejuízos Fiscais e da Base de cálculo negativa CSLL (possibilidade restrita a divida acumulada de até 15 milhões de reais, o que não é caso da Companhia), onde das simulações contemplando as reduções previstas restaram apuradas que, além de grande parte da reserva de caixa acumulada ser absorvida no pagamento do débito inscrito em dívida ativa, se obrigaria também a fazer um grande desembolso face ao Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro a despeito do reconhecimento das reduções dos Juros de mora, multas e de encargos legais. Por

Comentário

conseguinte, a Administração decidiu pela não adesão ao novo programa.

Entretanto, numa situação excepcional de dívida previdenciária, tendo como fato gerador a competência Set/2010, apurada em liquidação de sentença de ação trabalhista proposta pelo ex-diretor Sr. Theodor Hepp, a Companhia optou pelo parcelamento do débito da quantia de R$ 219.855,67, a ser liquidado com pagamento de 5% em espécie e 95% com crédito oriundo do Prejuízo Fiscal acumulado (IN 1752/2017).

É de nosso conhecimento que basicamente todas as empresas do setor de atuação da Companhia apresentam altos graus de dificuldades econômicas e até financeiras.

A Companhia seguindo a tendência mundial de novas formas de empreendimento esta desenvolvendo um projeto de Marketing Digital através de contratação de consultoria especializada.

Com o objetivo de encontrar possibilidades para o aumento da produtividade e redução de custos, procurando cada vez mais e melhor avaliar seu sistema de produção, a companhia contratou uma assessoria especifica com o proposito de analisar oportunidades de melhorias na planta industrial-(EOM Soluções).

No aspecto societário, a Companhia contratou o Itaú Securities Serviços na condição de Custodiante das Ações de emissão da HAGA S.A. Indústria e Comércio, para disponibilizar sua estrutura operacional e plataforma voltada as Assembleias Digitais com o objetivo de atender a Instrução CVM 561/15, direito no processo de votação a distância.

Também se encontra em andamento negociações referentes a contratação de Energia Elétrica no mercado livre para o ano de 2019 e 2020, num cenário bastante complexo entre a oferta e disponibilidade de energia renovável e de pequenas centrais hidroelétricas em função de expectativas de baixos índices de chuvas e de revisão de normas e regras no âmbito da ANEEL e do Ministério de Minas e Energia.

Apesar do Patrimônio Líquido Negativo em 30 de Setembro de 2017, indicando que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar obrigações de longo prazo, a Administração da Companhia, no curto prazo, não vê risco de

descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, dos lucros auferidos nos últimos exercícios e da equalização do passivo, principalmente das obrigações relacionadas às rubricas de Empréstimos e Financiamentos.

Os Investimentos efetivados até 30 de Setembro de 2017, em valores inferiores à amortização e depreciação do ativo imobilizado, realizados basicamente para a substituição de máquinas ferramentas e equipamentos em fase final de vida útil e da capacidade produtiva, foram na totalidade adquiridos com recursos próprios.

Enquanto alguns débitos encontram-se pendentes de solução e de decisão judicial, inclusive de esfera trabalhista, utilizando exclusivamente recursos próprios, a Companhia continua amortizando dívidas contraídas em administrações anteriores.

Nova Friburgo, 08 de Novembro de 2017.

José Luiz Abicalil Jorge Caetano da Silva

HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO 2016

(Em reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma companhia aberta e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil que atua no mesmo segmento metal mecânico.

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, são apresentadas em reais, foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e compreendem:

2.1 As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

2.2 As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária - e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou custo de aquisição nas demonstrações separadas.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo

histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2017, foi autorizada a conclusão das presentes informações contábeis, estando aprovadas para divulgação.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

3.2 Transações e saldos em moeda estrangeira:

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

3.3 – Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e obrigações a estes inerentes.

3.4 – Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5 - Estimativas para perdas em crédito:

O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

3.6 - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

3.7 – Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

3.8- Investimentos e empresas controladas:

a) Controladora: O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderá ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento. Os dividendos, quando recebidos de controlada são registrados como redução do valor do investimento.

b) Consolidado: A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da controladora com empresa controlada. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contra partida ao patrimônio liquido da controladora.

3.9 – Outros Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

3.10 – Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos são instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

3.11 - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.

3.12 – Empréstimos e financiamentos:

Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês. Os detalhes da repactuação dos empréstimos vencidos estão apresentados na Nota 15.

3.13 – Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

3.14 - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

3.15 – Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

3.16 - Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes, não cabendo desta forma a realização de ajustes.

3.17 - Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos; desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

3.18 - Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para recuperação do valor residual do imobilizado e da realização do ativo diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para a sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

As estimativas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

NOTA 4 - PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor

recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.

c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

NOTA 5 – RISCO DE CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

A Companhia, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, apresentou patrimônio líquido negativo, indicando que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar suas obrigações de longo prazo.

No curto prazo, a Administração da Companhia não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, dos lucros auferidos nos últimos exercícios, da administração austera de custos e pela equalização do passivo, principalmente das obrigações relacionadas a credores bancários.

O maior passivo Tributário da Companhia, que concerne a Tributos Federais, deixados de recolher em períodos anteriores a administração da atual gestão, encontra-se parcelado nos termos da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 – REFIS, cujas parcelas são apuradas com base em percentual do faturamento mensal, sem prazo definido na lei para liquidação, sendo cumpridas integralmente as bases contratuais e legalmente estabelecidas.

Entretanto, neste item, o "REFIS 1", como é conhecido, ante o grau de relevância e risco de comprometimento das operações, a administração da Companhia entende pertinente destacar sua especial e permanente atenção ao ordenamento jurídico pátrio, o qual, intrínseca e concomitantemente, é atrelado com a finalidade do parcelamento/programa de recuperação fiscal, assim como, consequentemente, com sua viabilidade jurídica. Da mesma forma, a Administração da Companhia fez um minucioso estudo de viabilidade quanto a possível adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - (PERT) instituído pela MP 783/2017, convertida na Lei n° 13.496/2017, sob a condição de desistência de parcelamento anterior e decidiu pela não adesão ao novo programa.

NOTA 6 - NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39/CPC 38 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros.

- IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes – O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis; esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2018. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil – reflete o trabalho que substituirá o IAS 16 , por conseguinte , os requisitos de contabilidade de arrendamento existente e representa uma mudança significativa na contabilidade, introduzindo a uniformização do reconhecimento contábil para o arrendatário e exigirá o reconhecimento do direito de uso e um passivo oriundo de arrendamento mercantil. O IASB emitiu a IFRS 16

com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

NOTA7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Caixa e bancos:	10.202	15.986	10.237	16.096
Aplicações financeiras:				
CDB (a)	29.391.453	28.264.956	37.889.355	36.044.556
Contas de Poupança (b)	2.658	2.521	2.658	2.521
Total	29.404.313	28.283.463	37.902.250	36.063.173

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

(a) No período findo em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

NOTA 8 - DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Mercado interno	3.058.493	3.771.496	5.422.072	5.509.635
Estimativa para perdas em crédito	(236.171)	(236.171)	(250.316)	(250.316)
Total	2.822.322	3.535.325	5.171.756	5.259.319

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Abertura por idade e vencimento:				
A vencer	2.261.755	2.790.434	4.235.397	4.165.102
Vencidos até 30 dias	88.589	150.896	245.873	282.930
Vencidos de 31 a 60 dias	5.264	47.443	6.215	81.096
Vencidos de 61 a 90 dias	1.053	22.806	1.862	46.843
Vencidos acima de 91 dias	701.832	759.917	932.725	933.664
Total	3.058.493	3.771.496	5.422.072	5.509.635

NOTA 9 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Produtos acabados	1.142.678	1.312.906	1.142.726	1.312.906
Produtos em elaboração	779.259	578.492	873.685	620.372
Matérias Primas	1.956.852	1.838.512	1.963.347	1.846.120
Materiais de Consumo	16.591	16.270	16.591	16.270
Importações em andamento	72.351	356.168	72.351	356.168
Total	3.967.731	4.102.348	4.068.700	4.151.836

A Companhia não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas principais matérias primas consistirem em "*comodities*" em estado primário e de alta liquidez.

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Impostos Estaduais – ICMS	396.133	107.093	396.133	107.093
Impostos e contribuições Federais	804.101	631.862	808.639	631.862
Total	1.200.234	738.955	1.204.772	738.955

NOTA 11 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	
	30.09.2017	31.12.2016
Totais de ativos e Passivos	11.181.140	9.821.538
Total de Receitas	10.903.872	14.341.052
Lucro do Exercício	4.645.203	5.822.212
Capital social	20.000	20.000
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20
Patrimônio líquido	4.669.203	2.935.106
Percentual de participação	100%	100%
Investimento	4.669.203	2.935.106
Movimentação do investimento:		
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011	20.000	20.000
Resultado acumulado (equivalência patrimonial – dividendos distribuídos/recebidos)	4.645.203	2.911.106
Percentual de participação	100%	100%
Investimento em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro 2016	4.669.203	2.935.106

NOTA 12 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Transações	
	Receita de venda de produtos	Receita de venda de produtos
	30.09.2017	31.12.2016
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	4.866.281	6.508.476

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

NOTA 13- OUTROS INVESTIMENTOS

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A Companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

Notas Explicativas

HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOTA 14 – IMOBILIZADO

	Controladora				
	30/09//2017			31/12/2016	Taxa de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	11.957.321	11.519.130	438.191	459.074	4%
Equipamentos	21.161.651	14.305.412	6.856.239	6.957.420	10%
Instalações	1.278.924	822.783	456.141	533.254	10%
Móveis e utensílios	728.479	631.113	97.366	115.522	10%
Equipamentos de processamento de dados	724.934	677.179	47.755	62.817	20%
Ferramentas e utensílios Técnicos	2.765.356	2.669.356	96.000	130.391	20%
Veículos	185.506	169.856	15.650	22.112	20%
Imobilizações em curso	100.157	-	100.157	58.166	-
	40.059.716	30.794.829	9.264.887	9.496.144	

	Consolidado				
	30/09/2017			31/12/2016	Taxa de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	11.957.321	11.519.130	438.191	459.074	4%
Equipamentos	21.612.569	14.534.661	7.077.908	7.212.907	10%
Instalações	1.278.924	822.783	456.141	533.254	10%
Móveis e utensílios	729.696	631.590	98.106	116.354	10%
Equipamentos de Processamento de dados	724.934	677.179	47.755	62.817	20%
Ferramentas e utensílios Técnicos	2.765.356	2.669.356	96.000	130.391	20%
Veículos	185.506	169.856	15.650	22.112	20%
Imobilizações em curso	100.157	-	100.157	58.166	-
	40.511.851	31.024.555	9.487.296	9.752.463	

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	9.496.144	10.327.348	9.752.463	10.628.880
Adições	971.883	760.159	971.883	760.159
Baixas	-	(12.017)	-	(12.017)
Depreciação	(1.203.140)	(1.579.346)	(1.237.050)	(1.624.559)
Saldo no fim do exercício	9.264.887	9.496.144	9.487.296	9.752.463

A Companhia procedeu a sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Liquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Liquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado		
	30.09.2017	31.12.2016	
Bancos Privados	21.968.573	21.562.191	a
Banco do Brasil S/A	30.582.369	30.807.277	b
	52.550.942	52.369.468	
Parcelas de curto prazo	(22.006.058)	(21.712.130)	
	30.544.884	30.657.338	

a) empréstimos contratados com Banco Comercial Bancesa, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes,vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa SA, acordo de liquidação de débitos, homologação judicial transitada em julgado no segundo trimestre de 2013, nos autos da execução n° 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e n° 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo, com reconhecimento do crédito total de R$

1.119 mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%, tendo sido a última parcela paga em dezembro de2015. Assim, cumprido integralmente o acordo celebrado nos autos supra, aguarda pelo pronunciamento da Massa Falida do credor declarando a quitação de eventuais débitos remanescentes. Tal evento foi objeto de publicação de Fato Relevante em 05 de março de 2013.

b) Em 23 de novembro de 2011, a Companhia e o credor exeqüente Banco do Brasil S.A. entabularam transação nos autos da Execução nº. 1990.037.016790-3, pela qual o Banco credor admitiu receber à vista 90% do total das parcelas vincendas confessadas quando do acordo firmado em 25 de agosto de 2009, concedendo sobre estas o abatimento de 30%, sendo os 10% restantes vencíveis em parcelas mensais e consecutivas, cujo vencimento final será 21 de agosto de 2019, ficando ratificado o titulo e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009, mantidas as seguintes condições: 1ª.) prorrogação da suspensão do referido processo até agosto de 2019, período em que serão realizadas amortizações com encargos de TR acrescida de 0,5% de juros ao mês, conforme cronograma físico financeiro anexado; 2ª.) ao final, cumpridas as condições ora estabelecidas naqueles autos, o saldo devedor será reduzido em 78,20%, com quitação total e a extinção da execução. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 23 de novembro de 2011, impactou positivamente no resultado deste exercício em R$ 112.454.

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora			
	30.09.2017			**31.12.2016**
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento	527.057	1.815.170	2.342.227	2.728.474
IR/PIS/COFINS/CSFonte	107.188	-	107.188	155.194
Outros	106	-	106	229
	634.351	1.815.170	2.449.521	2.883.897

	Consolidado			
	30.09.2017			**31.12.2016**
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento	565.903	1.815.170	2.381.073	2.756.754
IR/PIS/COFINS/CSFonte	282.375	-	282.375	289.809
Outros	106	-	106	229
	848.384	1.815.170	2.663.554	3.046.792

NOTA 17 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

	Controladora
Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS	38.344.750
Ajuste por homologação do REFIS	-
Atualização pela TJLP até dezembro de 2016	48.286.527
Pagamentos efetuados até dezembro de 2016	(5.629.888)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	81.001.389
Atualização pela TJLP em 2017	1.951.701
Pagamentos efetuados em 2017	(190.038)
Saldo em 30de setembro/2017	82.763.052
Menos - Circulante	(253.384)
Não circulante	82.509.668

NOTA 18 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2017	**31.12.2016**
Cível	1.965.301	626.530
Total da provisão para contingências		
Depósitos judiciais	(1.965.301)	(626.530)
Provisão para contingências, líquida	-	-

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 , as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Cível	408.185	1.138.789
	408.185	1.138.789

NOTA 19 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de Suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora	
	30.09.2017	**31.12.2016**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(710.021)	3.270.468
Equivalência Patrimonial	(4.645.203)	(5.822.212)
Outras Adições/exclusões permanentes	36.767	50.080
Prejuízo Fiscal antes da compensação de prejuízos fiscais	(5.318.457)	(2.501.664)
(-) Prejuízo fiscal compensável	-	-
Lucro Real/Prejuízo Fiscal	(5.318.457)	(2.501.664)
Imposto de renda à alíquota de 15%	-	-
Imposto de Renda à alíquota de 10%	-	-
Contribuição social à alíquota de 9%	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	336.501	450.403

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro 2016, a Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R$ 205.214 mil. No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, conseqüentemente, do Patrimônio liquido Negativo, somados ainda à incerteza do atual quadro econômico, não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou Registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

NOTA 20 - CAPITAL SOCIAL

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 , o Capital Social totalmente integralizado no valor de R$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais,

estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos. O Capital Social está distribuído conforme segue:

	Qde.	Total das ações	%
Acionistas domiciliados no País - pessoas físicas	671	3.574.177	30,04
Acionistas domiciliados no País - pessoas jurídicas	27	8.325.823	69,96
Total	698	11.900.000	100,00

b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantida a proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata que deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembléia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

NOTA 21 – LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 – Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

	2017			2016		
	Ordinárias	Preferências	Total	Ordinárias	Preferências	Total
Quantidade de ações em circulação no início do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000
Quantidade de ações em circulação no final do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000

Notas Explicativas

HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

	Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016
Prejuízo/Lucro liquido no final do exercício	(710.021)	3.270.468
Media ponderada das quantidades de ações em circulação	11.900.000	11.900.000
Prejuízo/Lucro por ação básico	(0,059666)	0,274829

NOTA 22 - RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 31 de 2016 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Receita bruta de Vendas	16.265.448	18.260.932	22.779.896	24.312.803
(-)Impostos incidentes s/vendas	(2.747.123)	(3.070.350)	(3.505.846)	(3.743.667)
(-)Abatimentos e Devoluções	(263.577)	(108.957)	(428.395)	(199.281)
Receita Liquida de Vendas	13.254.748	15.081.625	18.845.655	20.369.855

NOTA 23 – INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Despesas e custos por função				
Custo dos produtos vendidos	12.952.552	12.967.279	13.362.919	13.460.934
Despesas operacionais	5.780.949	4.499.091	6.553.802	5.325.702
	18.733.501	17.466.370	19.916.721	18.786.636
Despesas e custos por natureza				
Custo de mercadorias	6.255.849	6.268.545	6.363.741	6.444.352
Despesas com pessoal e encargos	5.993.780	5.912.171	6.263.200	6.199.801
Despesas de alugueis e correlatos	2.014	-	39.814	37.800
Despesas de serviços e utilidades públicas	479.237	606.813	490.607	617.160
Despesas de depreciação e amortização	1.203.140	1.189.071	1.237.050	1.222.981
Provisão (reversão) PCLD e contingências	1.338.771	-	1.338.771	-
Outras despesas	3.460.710	3.489.770	4.183.538	4.264.542
	18.733.501	17.466.370	19.916.721	18.786.636

NOTA 24 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO/AGE realizada em 24 de abril de 2017, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R$ 64 mil, acrescida quando aplicável, dos encargos sociais e trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2017, mantido assim , o mesmo limite aprovado para o exercício de 2016 e que estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(424.681)	(408.491)	(424.681)	(408.491)
Despesas bancárias	(20.992)	(14.996)	(22.888)	(18.789)
Juros, parcelas fiscais LP e s/tributos	(1.951.701)	(2.049.153)	(1.951.701)	(2.049.153)
Variação cambial Passiva	(18.196)	(26.601)	(18.196)	(26.601)
Outras	(2.836)	(241)	(2.981)	(283)
	(2.418.406)	(2.499.482)	(2.420.447)	(2.503.317)
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	2.066.574	2.612.938	2.624.487	3.279.524
Variação Cambial Ativa	5.143	11.817	5.143	11.817
Descontos obtidos	1.032	4.032	6.389	4.308
Juros ativos	68.845	71.179	81.254	92.143
	2.141.594	2.699.966	2.717.273	3.387.792
Variação cambial:				
Variação cambial ativa	5.143	11.817	5.143	11.817
Variação cambial passiva	(18.196)	(26.601)	(18.196)	(26.601)
	(13.053)	(14.784)	(13.053)	(14.784)

NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas dos seguros, em valores de 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são assim contratadas:

	30.09.2017	31.12.2016
Responsabilidade civil	1.640.000	1.640.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	17.057.000	17.057.000
Veículos	86.165	86.165
	18.783.165	18.783.165

NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuaram nenhuma transação durante os exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 , envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

a) Risco de crédito:

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às normas fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) - e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-base outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

c) Concentração de risco:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e a sua subsidiária integral à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3.000 clientes ativos, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

d) Taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DASINFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2017
Aos
Administradores e Acionistas da
HAGA S/A Indústria e Comércio
Nova Friburgo - RJ
Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Haga S/A Indústria e Comércio ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.
A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo InternationalAccounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.
Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial InformationPerformedbytheIndependent Auditor oftheEntity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.
Conclusão sobre as informações intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
Ênfase
Risco de continuidade das operações
Chamamos a atenção para a Nota 5 às informações contábeis intermediárias, mencionando que a Companhia

apresentou patrimônio líquido negativo, e que por isso, pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar suas obrigações, caso haja descasamento do seu fluxo de caixa de curto prazo. Esse fator desfavorável deve ser considerado numa avaliação da continuidade operacional da Companhia. As informações contábeis intermediárias acima referidas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum

fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao período e exercício anteriores

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, obtidas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2016 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 11 de novembro de 2016 e 14 de março de 2017, respectivamente, sem ressalva, com parágrafode ênfase sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia.

Nova Friburgo, 10 de novembro de 2017

LMPG Auditores Independentes

CRC -RJ 1284-O

Luiz Fernando Lyra Magalhães

Contador CRC-RJ 058.725/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

1. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que baseados em seus conhecimentos, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer elaborado pela LMPG Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Intermediárias correspondentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017, que refletem adequadamente todos os aspectos referentes e relevantes da posição patrimonial e financeira, autorizando sua divulgação.

Nova Friburgo, 10 de novembro de 2017.

A Administração

José Luiz Abicalil

Diretor Presidente

Diretor de Relações com Investidores

Jorge Caetano da Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

1. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que baseados em seus conhecimentos, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer elaborado pela LMPG Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Intermediárias correspondentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017, que refletem adequadamente todos os aspectos referentes e relevantes da posição patrimonial e financeira, autorizando sua divulgação.

Nova Friburgo, 10 de novembro de 2017.

A Administração

José Luiz Abicalil

Diretor Presidente

Diretor de Relações com Investidores

Jorge Caetano da Silva